

Para compreendermos a democracia brasileira e os processos que a romperam, devemos buscar na história os cenários políticos nacionais e internacionais que proporcionaram esses movimentos de cerceamento dos direitos de ir e vir e de escolhas político governamentais.

O conceito de democracia é algo antigo, e remete ao período grego. Democracia é literalmente transcrito como “poder de todos”, ou seja, a capacidade da população civil em decidir qual o governante deve gerir a comunidade, nação ou grupo em prol do bem comum. Pulando algumas centenas de anos, e trazendo a discussão para o Brasil, a democracia começa no ano de 1889 com a Primeira República e a constituição republicana. Porém essa democracia não era de todo um poder do povo, mas de uma parte dele, pois para que pudesse votar, o cidadão deveria cumprir requisitos específicos para ter direito ao voto, qual seja, homens, acima de 21 anos de idade e alfabetizados, o voto estava impedido para mulheres, analfabetos, mendigos, membros do clero, soldados rasos e indígenas, visto que a maior parte da população era composta pelos integrantes não votantes, a democracia nesse período deturpava em muito o conceito grego estabelecido tantos séculos antes.

Até 1930 no Brasil o período ficou marcado pela chamada República Velha, em que tínhamos uma política baseada numa oligarquia local e de controle total de coronéis financiados por grandes fazendeiros, influenciando diretamente nas eleições regionais, o que ficou conhecido como “voto de cabresto” que era caracterizado pelo voto arranjado, em que as pessoas eram orientadas a aprender a escrever e ler o nome do candidato orientado pelo coronel para estarem aptos a votar e assim tornar as eleições locais um jogo de cartas marcadas, dando a falsa sensação de democracia no país.

Numa época em que não tínhamos órgãos que fiscalizavam as ações no meio eleitoral, a República dos coronéis viveu o maior período que pode, mas o tempo de vida desse formato de eleição estava com os dias contados, tivemos no ano de 1930 a primeira ruptura na recém criada “democracia brasileira”.

A Aliança Liberal liderada por Getúlio Vargas, um político oriundo de uma família de estancieiros ricos no Rio Grande do Sul, marchou até o Palácio do Catete, antiga sede do governo federal no Rio de Janeiro, para depor o então presidente

em exercício, Washington Luís. E nesse momento da história brasileira conseguimos visualizar algumas peculiaridades que vieram novamente em 1964. No momento que Getúlio toma o lugar de presidente ele faz uma promessa de que estavam aplicando aquele golpe de estado em nome das injustiças cometidas pelos que ali estavam, e que em dois anos realizaria novas eleições e a promulgação de uma nova constituinte, já que a partir de 1930 aboliram a constituição de 1889.

Quando você inventa uma ameaça comunista e dá um golpe em si mesmo para continuar no poder



Dentre os 15 anos de Getúlio Vargas no poder, as principais ações tomadas ainda repercutem na sociedade brasileira contemporânea, como a criação do Tribunal Eleitoral, que fiscaliza e delimita as ações eleitorais no país, a Consolidação das Leis de Trabalho, a CLT que dita as formas de trabalho e remuneração até os dias atuais e o sufrágio feminino, ou seja, o voto para as mulheres. Parece contraditório que um ditador chegue ao poder e dê liberdade de voto para uma parcela da população que não a tinha certo? E é! Porém devemos lembrar que Getúlio em 1930 prometia eleições em 2 anos, o que não

aconteceu, nesse meio tempo tivemos a Revolução Constitucionalista de 1932, movimento paulista contra o presidente, mas que deixamos para falar com detalhes em outro momento.



Ao longo do ano de 1945 Getúlio interviu diretamente em governos locais e municipais, deixando os ânimos no meio político um tanto quanto acalorado, fazendo com que políticos declaradamente de oposição buscassem retirá-lo do poder, usando como justificativa as alterações regionais feitas por ele e que tinham reflexo direto na economia do país, como também pelo desgaste político deixado após 15 anos ininterruptos no poder. Getúlio renúncia ao cargo de presidente e no mesmo ano são mantidas as eleições federais que já estavam previstas, fazendo com que o próximo presidente assumisse já no ano de 1946. Começa nesse ano o chamado Período Democrático brasileiro, primeira vez em

que a população tem o direito de escolher o seu representante diretamente através do voto.

No período que compreende os anos de 1946 até 1963, a democracia no Brasil caminhava a passos curtos, vagarosamente mas sem grandes sustos, tivemos nesse período os governos de Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas (novamente, agora eleito pelo voto direto) que no último ano de governo cometeu suicídio, não terminando o mandato que foi concluído por Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos, seguido por Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros (que também renunciou e teve o mandato seguido pelo seu vice, João Goulart). Jango, como era conhecido, enfrentou problemas no governo a partir do momento da renúncia de Jânio Quadros, em 1961.

Jango era um político que tinha aprendido tudo da vida pública com Getúlio Vargas, seu padrinho. Com isso em mente, era um homem ligado diretamente a movimentos trabalhistas, sejam eles brasileiros ou estrangeiros. Na data de renúncia de Jânio, Jango (não confunda os nomes) estava em uma visita diplomática na China, o que fazia com que os ministros militares no governo vissem com maus olhos essa aproximação com uma nação comunista, lembrando do cenário político internacional, estávamos em meio a Guerra Fria, e anos antes Jânio Quadros concedeu a Che Guevara a Ordem do Cruzeiro do Sul – condecoração brasileira direcionada a grandes personalidades – não tendo um bom retorno por parte da cúpula militar de orientação política extrema direita.



Tais animosidades entre a cúpula militar e Jango com suas ideias trabalhistas e reformistas, fizeram com que a democracia brasileira sofresse seu mais duro golpe depois de 1930 e até os dias atuais. Num cenário econômico e político de grande instabilidade, em 31 de março de 1964 tropas militares marcharam rumo ao Palácio do Planalto para depor o então presidente eleito do seu posto. Ao chegar ao poder, os militares declararam para a população civil que fariam eleições diretas num prazo máximo de 6 meses, o que fez com que houvesse um apoio popular acerca da iniciativa de deposição do presidente, num período em que a Guerra Fria alcançava dias tensos, o medo de uma “ameaça comunista” era cada dia maior na classe média, principal apoiadora do golpe militar em curso.

Como Getúlio Vargas em 1930, os militares em 1964 não renunciaram ao poder, pelo contrário, apenas o deixaram em 1985 afundando o Brasil na mais longa ditadura militar já vivida. O movimento que começou justificado em uma forma de livrar o Brasil da corrupção e do crescente comunismo, dia após dia instituiu decretos – chamados Atos Institucionais – que cercearam direitos civis, políticos, de liberdade de expressão e direito ao voto. Ao longo dos 21 anos de ditadura, 5 presidentes estiveram a frente do Planalto brasileiro, uma observação importante desse período é a nomenclatura usada pelos ditadores, que mantinham o congresso e o senado abertos, mas sem nenhuma oposição, dando

a falsa sensação de um regime democrático sendo assim chamados de presidentes.

Durante o período ditatorial o Brasil viveu momentos de terror, foram decretados 17 Atos Institucionais, entre eles o mais cruel entre todos o AI-5, maior cerceador de direitos políticos e de liberdade de expressão e reunião, com a intenção de dificultar a os movimentos de oposição e de luta armada, criado com o objetivo de derrubar o governo e restituir o regime democrático no país. Direitos humanos foram violados, centenas de casos de torturas de opositores políticos foram registrados, perseguições, desaparecimentos, assassinatos e até mesmo ataques terroristas com a intenção de culpar opositores políticos foram praticados por parte dos militares que compunham o governo, a repressão policial atingiu níveis altíssimos e no quesito economia e desenvolvimento social os estragos foram tamanhos que o país ainda ao longo da década de 2000 buscava quitar dívidas externas adquiridas no período 1964-1985.



Já sem o apoio popular que recebeu no ano do golpe, o regime militar enfrentava diversos movimentos de oposição popular de diversos setores da sociedade civil e de grêmios estudantis, fazendo com que o governo cedesse pouco a pouco as reivindicações populares. Em 1985 em eleição indireta no congresso nacional foi escolhido o primeiro presidente civil em 21 anos, o que marcava o fim da ditadura militar e a volta da democracia. O então eleito Tancredo Neves nunca assumiu o cargo devido uma doença que o acometeu, deixando para José Sarney o posto de presidente.

QUANDO VOCÊ DEFENDE A DITADURA MILITAR E SUA MÃE VAI FAZER SUA MATRÍCULA NA ESCOLA



Foram 5 presidentes eleitos até o ano de 2016, data marcada por mais um golpe na estrutura democrática. Mas se engana quem acha que de 1985 até 2016 os presidentes tivessem vida fácil! Em 1992 Fernando Collor renunciou à presidência na tentativa de fugir de um processo de impeachment por crime de responsabilidade, que veio retirar seus direitos políticos por 8 anos. No seu lugar assumiu Itamar Franco, que teve como ponto alto do seu governo a volta da produção do fusca (baita feito hein).

Logo em seguida tivemos Fernando Henrique Cardoso, principal idealizador do plano real, ainda no governo de Itamar, do qual era ministro da fazenda. Seu governo ficou marcado pela baixa inflação, controlada com o plano real e pela chamada “crise do apagão”, do qual pela falta de investimentos nos polos de energia no país fizeram com que houvesse uma queda frequente da energia no país.

O governo seguinte, constituído por dois mandatos de Lula e marcado pelo controle da crise mundial de economia em 2008, mas também pelo escândalo do mensalão e do petrolão, acontecimentos que abalaram a base de apoio do governo, criando a partir daí focos de grande oposição política e civil ao Partido dos Trabalhadores, que foi consolidado em 2016 no segundo mandato de Dilma Rousseff.



Ao ser aberto um processo de impeachment com justificativas torpes e declaradamente constituído por jogadas políticas no seio do trame jurídico, a presidente Dilma Rousseff foi deposta após votação em maioria nas casas legislativas. O processo de impeachment não é uma medida antidemocrática, pelo contrário, é uma via legal para a destituição de um presidente que não cumpre os requisitos necessários em uma república e que de certa forma ameace as estruturas sociais. Porém, o que ficou marcado no golpe de 2016 foi a forma como o impeachment foi estruturado, pautado numa questão fiscal julgada ilegal, mas que meses após a destituição da presidente tais movimentos, ou pedaladas como é chamado, passou a ser uma ferramenta legítima na constituição.

Durante o estudo da história do Brasil tivemos lapsos de autoritarismo e abalo nas estruturas democráticas, sejam elas mascaradas na imagem de um populismo barato, a ponto de parte da historiografia não tratar o período como uma ditadura, ou até mesmo um golpe estruturado pelas forças armadas com a clara intenção de retirar um presidente democraticamente eleito com a justificativa de uma ameaça comunista, que em momento algum da história do

Brasil conseguiu se estruturar para ameaçar a forma de governo vigente. Esses rompimentos na estrutura democrática brasileira mostram um problema enraizado na concepção política da sociedade civil, de relativização dos abusos de poder por parte dessas organizações. Enquanto não houver um enfrentamento e uma superação legal (aqui no termo jurídico) dessas rupturas por agentes de fato imparciais, não buscando nesse processo a promoção de interesses pessoais ou de companheiros políticos, o Brasil continuará flertando com movimentos ditatoriais.